



DECISÃO Nº361/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12933/2017.**
- 2- **Assunto:** Representação
- 3- **Representante:** Ministério Público de Contas
- 4- **Representado:** Marco Antonio Ricci Correa Junior
- 5- **Advogado:** Não Possui
- 6- **Unidade Técnica:** DICA/AM
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3256/2018-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Representação. Irregularidades.

Procedência. Multa. Remessa. Determinação.

9- DECISÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso IV, alínea "i", da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. Julgar Procedente a presente representação impetrada pelo Ministério Público Especial junto ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas contra o **Sr. Marco Antônio Ricci Correa Júnior**, ex-Presidente e Ordenador de Despesa do Hospital Fundação Centro de Controle de Oncologia – FCECON, devido a apuração de irregularidades das condições de funcionamento do Hospital.

9.2. Aplicar Multa ao **Sr. Marco Antônio Ricci Correa Júnior**, ex-Presidente e Ordenador de Despesa e ao **Sr. Wander Rodrigues Alves**, Secretário de Saúde do Estado do Amazonas, no valor de R\$ 8.768,25, prevista no inciso VI do art. 308 da Resolução nº 04/2002 (RI-TCE/AM), em razão de ato praticado **com grave infração** à norma legal, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou



DECISÃO Nº361/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

judicial do título executivo.

- 9.3. Remeter** os autos à **Dicrex** para que efetue a cobrança executiva administrativa e, não obtendo êxito, adotar os procedimentos necessários para a cobrança executiva judicial, tudo em conformidade com o art. 3º da Resolução 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.
- 9.4. Determinar** à atual Administração e a SUSAM, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares, nos termos do artigo 22, III, “b” e “c”, da Lei estadual n.º 2.423/96, que no prazo de 120 dias resolva os problemas identificados nesta Representação.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

12.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral